

Dinâmica econômica dos municípios sul-mineiros na Velha República: o caso de Alfenas

Alisson Eugênio: Prof. adjunto da Universidade Federal de Alfenas

Resumo: neste artigo será analisada a dinâmica econômica do sul de Minas, a partir de alguns de seus indicadores econômicos do município de Alfenas, comparadamente com outros municípios mineiros, durante a Primeira República, com o objetivo de conhecer as características, transformações e permanências de sua economia (formada com a expansão agrícola mineira, ocorrida a partir da segunda metade do século XVIII, e organizada inicialmente para o abastecimento interno) no período em que o Brasil consolidava sua transição para a formação capitalista.

Palavras-chave: Alfenas, indicadores econômicos, economia e Primeira República.

História econômica e demografia histórica

Introdução

Um dos esforços dos historiadores dedicados ao estudo da história econômica é a investigação das características, das transformações e das permanências da economia, em diferentes escalas geográficas, das mais diversas sociedades que deixaram registros das suas atividades produtivas. Um dos mais influentes deles, Fernando Braudel, deu grande contribuição para a análise das configurações e da dinâmica das estruturas econômicas envolvendo vastas áreas do Planeta. Em uma de suas mais importantes obras, propôs o conceito de economia-mundo. Diferentemente da economia mundial, que se estende por toda a Terra, ela abarca apenas um fragmento do Globo, formado por uma cidade, pelo seu entorno e todo o espaço alcançado por suas conexões comerciais, com o qual forma uma rede de interdependência econômica.¹

Essa interdependência forma o que os geógrafos chamam de rede urbana, isto é, a articulação de um conjunto de centros urbanos entre si, na qual as trocas e os fluxos comerciais cumprem uma função primordial, porque garantem, numa porção do espaço, a manutenção e reprodução da sociedade.²

Com base nesses conceitos, propõem-se examinar neste texto as características, transformações e permanências econômicas de um ponto (o município de Alfenas situado no Sul de Minas Gerais) do complexo de economias-mundo constituído pelo triângulo geográfico formado pelas redes urbanas das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

A formação econômica de tal município (vale a pena reiterar devido à natureza desse capítulo) está ligada à expansão agropastoril mineira, impulsionada pela demanda das vilas mineradoras, e pelo crescimento do consumo de alimentos do Rio de Janeiro, sobretudo a partir do ano de 1763, quando essa cidade foi transformada em capital da Colônia e, especialmente, quando ela foi elevada à condição de sede da corte portuguesa em 1808. Posteriormente, já no decorrer da segunda metade do século XIX, sua economia amplia sua conexão com outros municípios sul-mineiros e com o circuito econômico formado pela expansão da cafeicultura e da agroindústria açucareira paulista. A propósito, o sul de Minas Gerais estava integrado ao espaço econômico de São Paulo desde os primórdios do bandeirantismo paulista rumo a Serra da Mantiqueira, ainda no tempo das Minas do Rio Verde, como então era chamada essa porção do território mineiro. Tal integração acentuou-se cada vez mais ao longo do tempo e consolidou-se durante a Primeira República, sobretudo com a extensão dos trilhos das ferrovias que acompanharam o café para o lado de cá da Mantiqueira, o que favoreceu o crescimento da sua economia, tanto a voltada para exportação de café, quanto a voltada à produção de alimentos para abastecimento do mercado interno.³

Em Alfenas, onde a ferrovia atinge em 1897, esse crescimento pode ser percebido claramente na documentação censitária estadual e na documentação fiscal municipal, cujos dados encontram-se tabulados em anexo. O que eles revelam sobre a experiência deste município, em um período em que o país vivenciava seu processo de consolidação capitalista, é a questão que norteia este trabalho. Para isso, é necessário compreender, como forma de contextualizar o problema, que tal processo acabou confirmando a posição periférica do país na divisão internacional do trabalho, pois foi conduzido por frações de elites sintonizadas com os ideais de progresso então em voga,

¹ BRAUDEL, Fernando. *Civilização material, economia e capitalismo: o jogo das trocas*. São Paulo, Martins Fontes, 1998, p. 12.

² CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. 3 ed, Rio de Janeiro, Bertrand, 2005, p. 93 e p. 99.

³ Sobre a formação econômica do sul e Minas Gerais e de Alfenas, pode-se consultar, entre outros, LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo, Símbolo, 1979, MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Texto para discussão* n. 10, Cedeplar/UFGM, 1982, SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cadernos IFCH* n. 17, 1985, LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1988, PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo, FFLCH/USP, Tese de doutorado, 1996, OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues e GRINBERG, Lúcia. *A saga dos cafeicultores no sul de Minas. Rio de Janeiro*. Casa da Palavra, 2007, SAES, Alexandre Macchione et al. *O sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru, Edusc, 2012.

fundamentadas em um liberalismo que elas adaptaram de acordo com seus interesses e acomodaram conforme as possibilidades da realidade nacional. Em outras palavras, elas reforçaram o caráter colonial de nossa economia, ao organizar politicamente a República para manter a sua estrutura econômica voltada para agroexportação de monoculturas, sendo o café o principal delas, e importar bens manufaturados.⁴

No nível nacional, o que se percebe nesse processo é a formação de uma incipiente indústria em um ou outro ponto das redes urbanas mais prósperas, em cidades com alto nível de centralidade (ou seja, que ocupava o topo da hierarquia de uma rede urbana ou de uma economia-mundo) como a cidade de São Paulo, com a qual e com o espaço econômico por ela abarcada, as elites sul-mineiras ampliaram sua integração, assumindo sua condição de protagonistas de uma economia caracterizada pela produção cada vez mais mercantilizada de produtos voltados para a subsistência.

Essa característica econômica foi formada desde os tempos da mineração praticada no século XVIII. Já nessa época, antes mesmo da crise do ouro, parte considerável da produção econômica de Minas Gerais estava marcada pelo abastecimento interno de produtos voltados para subsistência (feijão, milho, mandioca, açúcar, rapadura, toucinho, queijos, manteiga, etc.). Outra parte, que não se pode desprezar, é a produção artesanal de tecidos (a qual motivou em 1785 um Alvará de D. Maria I limitando tal produção a tecidos grosseiros para fabricar vestimenta de escravos) e ferro. Além disso, devido à sua formação urbana, havia também grande oferta de serviços de diversos tipos. Com a decadência da mineração, a agropecuária expandiu-se, principalmente para zona da mata e sul, ao ponto de Minas torna-se a mais bem sucedida economia escravista de subsistência mercantil, destinada ao seu próprio abastecimento e para capitanias/províncias do Rio de Janeiro e São Paulo.⁵

Nesse contexto, Alfenas conseguiu atingir um nível de crescimento populacional e econômico suficiente para emancipar-se de Caldas em 1860, produzindo alimentos básicos do consumo diário, cujo excedente comercializado com cidades próximas constituiu a base inicial da riqueza municipal.

Ao que tudo indica, pelos dados que serão apresentados ao longo deste texto, o município continuou com as mesmas características durante a Primeira República. Isto é, sua produção econômica manteve sua orientação, principalmente, para as atividades agropastoris, bastante diversificadas, destinada ao mercado interno, sobretudo ao mercado constituído pelo complexo das redes urbanas, com destaque para São Paulo, do qual ele fazia parte como centro de produção de alimentos.

A documentação para analisar essas características é constituída 1) pelo Censo geral publicado no Brasil em 1921 (reeditado pelo Estado de Minas Gerais em 1926 como *Anuário Estatístico*), cujos dados foram obtidos a partir de setembro de 1919, que se encontra no Arquivo Público Mineiro; 2) por um conjunto de registros fiscais do município de Alfenas, conservados no Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal de Alfenas, nos quais os contribuintes declaravam as suas ocupações (Registro de Indústria e Profissões), os produtos que ofertavam no mercado local (Registro do Mercado) e os animais que abatiam no matadouro (Registro do Movimento de Abates no Matadouro Municipal). Ao confrontar as informações desses documentos, com o auxílio de tabelas e gráficos, será possível observar alguns traços essenciais da dinâmica econômica municipal durante a Primeira República e, com isso, mostrar que sua economia manteve sua condição de produtora de artigos diversificados de subsistência e com um grau de mercantilização cada vez mais elevado.

Segundo o *Atlas Geográfico Municipal*, elaborado com base no Censo brasileiro de 1921, a população de Alfenas era de 29.435 habitantes, 6.078 (21%) vivendo na cidade e 23.357 (79%) no

⁴ Sobre a formação econômica brasileira e como a sua economia estava estruturada durante a Primeira República ver FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27 ed., São Paulo, Cia Nacional/Publifolha, 2000 e PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. 42 ed., São Paulo, Brasiliense, 1995. Sobre o lugar ocupado por Minas Gerais na formação econômica brasileira ver GODOY, Marcelo Magalhães. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 11, n. 16, 2009, pp. 89-116.

⁵ GODOY, Marcelo Magalhães. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 11, n. 16, 2009, pp. 91-92.

campo. Em 1911, esse município havia sofrido uma amputação considerável da sua população e território, com a emancipação de dois de seus distritos (Carmo da Escaramuça, atual Paraguaçu, e São Sebastião do Areado, atual Areado). Afora a perda do distrito de Machado, emancipado em 1880, e junto com ele os distritos de Douradinho e Machadinho (atual município de Poço Fundo). Isso, certamente, afetou a economia municipal, encolhendo-a enormemente, como ocorreu com outros municípios, o que ainda não foi muito bem estudado na historiografia brasileira.

Agricultura

Trata-se de um dos setores mais dinâmicos da economia alfenense, cuja renda, segundo o Censo de 1921 (reeditado pelo Estado de Minas Gerais em 1926 como *Anuário Estatístico*), foi naquele ano a 13ª maior do Estado entre 178 municípios, com 736 estabelecimentos rurais, dos 115.665 existentes em Minas Gerais, que geraram naquele ano 21.220:000\$000 (contos de Réis) dos 1.961.000:000\$000 gerados no Estado. Dividindo esse valor pelo tamanho da sua população, obtêm-se 720\$910 de renda *per capita*. Para se ter uma ideia desses resultados, a maior renda agrícola estadual naquele momento pertencia a Juiz de Fora com uma população de 118.066 habitantes, que produziram 79.360:265\$000 (3,5 vezes mais que Alfenas), com 672\$168 de renda *per capita*. Ou seja, por pessoa a riqueza alfenense ultrapassava a do mais rico município mineiro. Já a menor renda pertencia a Sabará, cuja população de 8.015 habitantes produziu 697:166\$000 (30 vezes menos que Alfenas) com apenas 86\$982 de renda *per capita*.⁶

Conforme a tabela 1 (anexo 1) o conjunto dos 737 proprietários rurais deste município, a maior parte deles (237) cultivava seus produtos em estabelecimentos com tamanho máximo de 40 hectares (ha), cuja produção rendeu 1.211:368\$, em uma área de 4.860 ha, sendo a rentabilidade (relação entre valor produzido e área cultivada) 249:25\$. Em seguida, vem os agricultores com propriedade de tamanho máximo de 100 ha (200), os quais geraram o valor de 2.554:120\$, em uma área de 12.688 ha, com rentabilidade de 201:30\$. Na sequência, estão os estabelecimentos com até 200 ha (129), com 3.481:256\$ de valor produzido, em uma área de 19.481, com rentabilidade de 178:69\$, seguidos pelos que não passavam de 400 ha (102), com valor produzido de 4.776:785\$, em uma área de 29.809 e rentabilidade de 160:24\$, pelos que atingiam máximo de 1000 ha (60), com valor produzido de 4.774:475\$, em uma área de 31.982 e rentabilidade de 148:36\$, pelos que atingiam máximo de 2000 ha, com valor produzido de 3.438:000\$, em uma área de 8.364 e rentabilidade de 411:04\$. Por fim, seguem duas enormes propriedades, uma com até 5000 ha, com valor produzido de 23:000\$, em uma área de 2.517 e rentabilidade de 9:13\$, e outra com até 25.000 ha, com valor produzido de 989:000\$, em uma área de 10.980 ha e rentabilidade de 90:13\$. Ou seja, exceto para o grupo detentor de estabelecimentos entre 1.000 e 2.000 ha, cuja rentabilidade é a maior do conjunto, os demais se enquadram em uma sequência que obedece a seguinte lógica: quanto menor a concentração fundiária, ou o tamanho da propriedade, maior é a rentabilidade do produtor.

Esse conjunto apresenta uma estrutura fundiária que expressa uma distribuição desigual da terra e, conseqüentemente, uma má distribuição de riqueza, característica nacional herdada da época colonial, pois a maior parte dos agricultores (437) cultivava seus produtos em propriedades com tamanho máximo em 100 ha.⁷ Mesmo assim, a rentabilidade (divisão do valor bruto pela área cultivada) por eles alcançada é a segunda maior (249:25\$/ha) do conjunto, como apresentado na tabela 1 (anexo 1) revela, apesar de disporem de uma área média de cultivo menor (divisão entre número de proprietários e área cultivada): até 40 ha (20,5 ha por propriedade), até 100 (63,44 ha por propriedade), até 200 ha (151,01 ha por propriedade), até 400 ha (292,24 ha por propriedade), até 1000 a (533,03 ha por propriedade), até 2000 ha (1394 ha por propriedade), até 5000 ha (2517 ha por propriedade) e acima de 5000 ha (10.980 ha por propriedade). No entanto, quando dividimos

⁶ *Atlas Geográfico Municipal*. V. 1, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, p. 21. *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (baseado no Censo de 1921). V. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, p. 20-25 valores da renda e p. 77 (Alfenas), p. 103 (Juiz de Fora) e p. 124 (Sabará) área cultivada.

⁷ *Atlas Geográfico Municipal*. V. 1, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, p. 21. *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (baseado no Censo de 1921). V. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, p. 77.

o valor produzido pela quantidade de proprietários, para obter a renda média do produtor, fica evidente o quando a riqueza estava concentrada. Assim, temos os seguintes resultados: até 40 ha (5:153\$ por produtor), até 100 (12:776\$ por produtor, até 200 ha (26:978\$ por produtor, até 400 ha (46:831\$ por produtor), até 1000 ha (79:574\$ por produtor), até 2000 ha (576:000\$ por produtor), até 5000 ha (23:000\$ por produtor) e acima de 5000 ha (989:000\$ por produtor. Ou seja, exceto o único proprietário do estabelecimento maior que 2.000 ha, cuja renda ficou abaixo da renda média dos que tinham propriedades menores do que 200 ha, os demais se enquadram em uma sequência que obedece a seguinte lógica: quanto maior a concentração fundiária, ou o tamanho da propriedade, maior é a renda média do produtor.

Assim, exceto para o grupo (formado pelos seis produtores) com propriedades de no máximo 2.000 ha, a rentabilidade é inversamente proporcional à concentração fundiária, ou o tamanho da propriedade; ou, em outros termos, ela aumenta à medida que a área média cultivada diminui. Isso quer dizer que o valor produzido pelo grupo de proprietários com estabelecimentos de até 100 ha é, relativamente, maior do conjunto. Ou melhor, segundo os dados do *Anuário estatístico*, tal grupo foi mais produtivo no ano (1919) base de coleta das informações censitárias. Qual será a razão disso? Possivelmente isso se deve ao tipo de produto cultivado, à qualidade do solo, ao empenho do produtor, entre outros fatores, que não estão apresentados na documentação disponível.

Nessa estrutura fundiária, eram produzidos diversos produtos, como apresenta a tabela 2 (anexo 1), embora a maioria dos produtores (p) estivesse dedicada ao milho (563 p), Arroz (419 p) e feijão (314 p). O quinto item da pauta de produção, o café, era cultivado por 88 produtores com 1.292.200 pés, cuja produção atingiu 6.461 Kg, levando o município ocupar o 63º lugar no ranking estadual em produção cafeeira entre 127 municípios produtores. Para se ter uma referência dessa quantidade, o maior produtor de café mineiro era Carangola (zona da mata) com 120.080 Kg, 1850 produtores e 21.016.000 pés plantados em 32.21 hectares. Ou seja. Alfenas, até o início da década de 1920, não era um grande produtor de café. Em seguida, na lista dos artigos cultivados no seu espaço rural, vinha Mandioca com 48 agricultores, que produziram 6.048 Kg, de forma a ocupar a 57º lugar do Estado em produção desse tubérculo, sendo o maior Jequitinhonha com 152.876 Kg e 812 produtores.⁸ Os dados da mesma tabela mostram que, apesar de a pauta da produção ser bastante diversificada, o milho era em Kg o alimento mais produzido (59.095) 52º no Estado, seguido de longe pela cana (11.956) 150ª no Estado, pelo Arroz (9.412) 52º no Estado e feijão (8.572) 59º no Estado. A tabela 2 mostra a posição da produção desses produtos no conjunto dos 178 municípios mineiros. Nela observa-se que os agricultores alfenenses não estavam entre os maiores produtores do Estado. Já a tabela 3 (anexo 1) apresenta os valores arrecadados com a exportação dos excedentes dos mesmos produtos, na qual o café ocupa disparadamente a posição de maior destaque, logo após o gado bovino, entre os da pauta agrícola (1.200:000\$000), seguido pelo alho (625:000\$000), arroz em casca (valor 195:000\$000), milho (120:000\$000) e feijão (36:000\$000).⁹

Assim, embora o município não possa ser considerado um grande cultivador de café, percebe-se a importância desse produto, em termos de riqueza produzida, também para a economia local, que vinha se especializando na produção diversificada de alimentos para o abastecimento do mercado interno desde o século XIX (o *Almanach Sul-Mineiro* de 1874 informa que, no referido ano, em Alfenas “a cultura principal é ainda a dos gêneros alimentícios”) e reafirmada durante a Primeira República, contrariando afirmação de outra pesquisa.¹⁰

⁸ *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (baseado no Censo de 1921). V. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, Carangola, p. 141 Jequitinhonha, p. 140.

⁹ *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (baseado no Censo de 1921). V. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial Idem, p. 706.

¹⁰ *Almanach Sul-Mineiro*, 1874, p. 30. Analizando o Censo de 1921 percebe-se que a cafeicultura, embora tenha crescido expressivamente em Alfenas, ela não ocupava em termos de quantidade produzida, quantidade de estabelecimentos a ela dedicados e área cultivada posição de destaque, como mostra a tabela 2, e ainda perdia a posição principal em valor arrecada com a exportação para o gado, como revela a tabela 3, o que relativiza, para o caso de Alfenas, a conclusão de CASTILHO, Fábio F. de Almeida. Economia sulmineira: o abastecimento interno e a expansão

Pecuária

A criação de animais, principalmente de bovinos e suínos, é uma atividade de grande importância para a economia mineira. Desde a consolidação da colonização impulsionada pela descoberta de metais preciosos além da Mantiqueira, a pecuária foi, aos poucos, sendo desenvolvida para atender à demanda dos centros mineradores. Antes mesmo da crise da exploração aurífera, ao longo da segunda metade do século XVIII, esse setor econômico já apresentava considerável destaque na Comarca do Rio da Morte (sediada em São João Del Rei; vila cujos limites geográficos abrangiam as vastas áreas do sul de Minas até a criação da vila de Campanha em 1798),

Nessa região, com a transformação do Rio de Janeiro em capital da Colônia (1766) e, especialmente, com a sua elevação à condição de sede do império português (1808), bem como com a formação do quadrilátero açucareiro em território paulista muito próximo da fronteira mineira (Campinas, Itu, Piracicaba e Porto Feliz), houve amplo movimento migratório das antigas áreas de mineração. Essa migração, motivada pela decadência do extrativismo mineral, foi atraída para o sul de Minas pela disponibilidade de terras férteis no entorno dos rios Grande e Sapucaí e pelo mercado consumidor formado pelo adensamento populacional da capital do país e da riqueza gerada pelo açúcar e, posteriormente, pelo café no oeste paulista.

Para atender às necessidades do cada vez mais crescentes de consumo daquelas regiões, não somente de produtos agrícolas, mas principalmente de animais e seus derivados, sobretudo os do *gado vacum*, organizou-se no sul de Minas uma produção de bovinos e suínos que acabou se integrando, em uma teia de relações de troca, tanto com o Rio de Janeiro, quanto com o oeste paulista. Afinal, o incremento de capitais de uma dada região gera possibilidades de rearticulação entre ela e sua vizinhança, criando condições para o desenvolvimento de uma complexa rede de interdependência, que expande o espaço econômico constituído pela economia-mundo.¹¹

Alfenas é resultado dessa expansão. No início do século XX, com o florescimento dos frigoríficos em São Paulo, a carne mineira, particularmente a produzida no sul, tornou-se um produto cada vez mais exportado para esse Estado, devido à sua proximidade com ele, a sua integração geográfica natural e, finalmente, sua interligação pela ferrovia.

A produção pecuária alfenense durante a Primeira República revela-se a atividade mais importante em termos de volume de capital faturado na sua pauta de exportações. Segundo o *Anuário Estatístico* de 1926, como apresenta a tabela 4 (anexo 1), o município era o 16º exportador de animais e derivados em termos de valor arrecadado (3:580\$5000), sendo o primeiro Juiz de Fora com um pouco mais que o dobro desse montante (7:883\$599), enquanto a agricultura, 26º lugar, gerou 2:206\$000, sendo o primeiro Juiz de Fora com 18:870\$000 (a tabela 5, anexo 1, descreve a participação de Alfenas na exportação por setor comparadamente aos municípios mais ricos do Estado). Se considerarmos apenas a exportação de animais, seu desempenho melhora expressivamente, pois somente o faturamento (3.060:000\$) com o boi, 17.000 cabeças exportadas, ocupou o 10º lugar no Estado, como mostra a tabela 3 (anexo 1), sendo o primeiro Juiz de Fora com 35.634 cabeças que renderam 6.819:599\$. Assim, o boi liderava a pauta de exportação do município, gerando mais que o triplo da renda do segundo colocado, o café. A mesma tabela mostra também que os suínos ocupavam a 6ª colocação, com 4.820 cabeças exportadas, com o valor de 182:000\$, ocupando a posição 53ª no Estado, sendo o primeiro colocado Pouso Alegre, situado igualmente no sul de Minas, com 80.000 cabeças e 6.400:000\$ de arrecadação. Em termos de criação, a tabela 6 (anexo 1) revela que Alfenas ocupava o 27º lugar no Estado no tamanho do rebanho bovino, com 693 criadores e 64.095 cabeças (primeiro lugar Paracatu com 1596 criadores e 334.999 cabeças), e a tabela 7 (anexo 1) mostra que o município ocupava o 26º lugar no tamanho do seu rebanho suíno, com 604 criadores e 34.850 cabeças (primeiro lugar Caratinga com 3694

cafeeira (1870-1920), in *Revista de História Econômica e Economia Aplicada*, vol 4, n. 6, 2009, p. 15, de que, com a expansão do café para o sul de Minas, a produção de alimentos básicos para o mercado interno teve sua importância econômica reduzida.

¹¹ BRAUDEL, Fernando. *Civilização material, economia e capitalismo: o jogo das trocas*. São Paulo, Martins Fontes, 1998, p. 13-16 e 20.

criadores e 491.552 cabeças). Quando se considera a quantidade de animais nascidos, ainda na tabela 6, dividindo os nascimentos de bezerros pelo tamanho do rebanho, para obter a taxa de natalidade, a pecuária alfenense revela-se mais produtiva do que a dos cinco maiores produtores de *gado vacum* do Estado, com uma taxa de 0,293 nascimento por animal, enquanto o segundo lugar, Frutal (triângulo mineiro), atingiu a taxa de 0,275, o terceiro lugar Patos de Minas (alto Paranaíba) 0,263, o quarto lugar Uberaba (também no triângulo mineiro) 0,258, o quinto lugar, o município com o maior rebanho, Paracatu (noroeste mineiro) com 0,187 e, por último, na lista dos grandes produtores, Patrocínio (também no alto Paranaíba) com 0,156. Já na tabela 7, relativa aos porcos, percebe-se que a produtividade alfenense (0,411 nascimentos por animal) não estava muito distante dos maiores produtores mineiros, cujo líder era Pouso Alegre (sul de Minas) com 0,578, seguido por Guanhães (alto Rio Doce) com 0,507, Manhuaçu (zona da mata) com 0,471, Cambuí (sul de Minas) com 0,435.¹²

Esses números mostram claramente que a pecuária do município foi, comparativamente à produção mineira, bastante produtiva ao final da segunda década do século XX. Mostram também que ela havia evoluído expressivamente, mesmo com a perda de parte importante de seu território e população com emancipação de Paraguaçu e Areado em 1911. Afinal, conforme dados de outra pesquisa, entre 1855 e 1990, “Alfenas não constituía pólo mais destacado na pecuária sul mineira oitocentista”, pois chegou ao final do período com apenas 40 proprietários de 694 bovinos e 26 proprietários de 805 suínos, com média de posse, respectivamente, de 17,35 e 30,96. Como o Censo de 1921 registrou 693 criadores de 64.095 cabeças de boi e com 604 criadores de 34.850 cabeças de porco, com posse média respectivamente de 92,47 e 57,69, fica claro que se trata de um crescimento vertiginoso. Assim, Alfenas revela-se no *Anuário estatístico* de 1926 (uma reprodução do censo de 1921), uma próspera área de produção de *gado vacum*, contrariando um estudo sobre o “circuito mercantil do boi”, formado entre o noroeste paulista e o sul de Minas, que caracteriza essa última região como uma típica área de invernada (isto é, espaço intermediária entre as áreas produtoras e as áreas consumidoras, no qual o gado é engordado).¹³

Diante dessa constatação, vale a pena conhecer mais detalhadamente a pecuária alfenense, utilizando para isso os dados do registro fiscal do matadouro municipal, disponíveis entre os anos de 1918 e 1932, para analisar a dinâmica de abates de boi e porco naquele estabelecimento e a distribuição da posse desses animais nele abatidos. Vamos a eles.

O matadouro municipal

A tabela 11 e o gráfico 1 (após esta tabela) inseridos no anexo 2 mostram que o abate no matadouro municipal aumentou entre 1918 e 1932, tanto na quantidade bruta anual quanto na média mensal, tendo a de porcos saltado de 959 (média mensal de 170) para 1577 (média mensal de 184) e a de bois de 235 (média mensal de 33) para 650 (média mensal de 54). Isso mostra que o consumo da carne cresceu no período, provocando aumento nos preços e intervenção da administração municipal no mercado, conforme registrado no dia 20 de setembro de 1920:

A administração municipal, em vista da atitude assumida pelos açougueiros que estavam fornecendo carne à cidade, e, atendendo a que a população não pode ficar privada de um gênero de primeira necessidade, resolveu abater por conta própria rezes cuja carne esteja em condições de ser consumida sem prejuízo à saúde. Assim, amanhã e todos os dias, os que quiserem se abastecer de carne de vaca, pelos preços de costume, encontrara-ão na praça do mercado municipal à rua Direita.¹⁴

¹² *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (baseado no Censo de 1921). V. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, pp. 183-187. As páginas subsequentes da mesma fonte apresentam dados um pouco menores, o que não altera substancialmente a posição dos municípios no ranking do Estado.

¹³ A consideração de que Alfenas não era um município destacado na pecuária é de MARTINS, Marcos Lobato. Plantar, pasturar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG, 1855-1890. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 43, n. 2, 2013, tabela 2, p. 409. A caracterização do sul de Minas como área de invernada foi feita por NETO, Humberto Perinelli. Nexos de tempo, de espaços e de vidas: interpretação da pecuária no noroeste paulista. In NETO, Humberto Perinelli et al. Nas margens da boiadeira. São Paulo, Expressão Popular, 2010, p. 55 e p. 73.

¹⁴ PMA (Prefeitura Municipal de Alfenas), Matadouro Municipal, 21.2, 1920-1921, p. 21.

Para se ter uma ideia dos preços praticados no mercado local, em Alfenas, segundo o *Anuário Estatístico* (baseado no censo de 1921, cujos dados foram coletados a partir de setembro de 1919), a carne bovina custava 1\$300 e a suína 1\$500. Na capital do Estado, Belo Horizonte, os valores eram, respectivamente, 1\$000 e 1\$200. Já o maior valor da carne bovina pagava-se em Frutal (1\$500) e o da suína pagava-se em Nova Lima e Nepomuceno (2\$200), enquanto os menores valores comercializavam-se em Januária, onde a carne de boi não passava de \$600 e em Tremendal, onde a carne de porco não passava de \$750.¹⁵ Ou seja, era um dos mais caros de Minas Gerais, e, em contrapartida, se tomarmos como referência os salários de alguns dos principais ofícios urbanos, em Alfenas um ferreiro ganhava 7\$000, carpinteiro 9\$000, marceneiro 9\$000 e pedreiro 8\$000, enquanto nos municípios que mais remuneravam estes trabalhadores os rendimentos foram: ferreiro, Prata 15\$000; carpinteiro, Prata e Três Pontas 12\$000; marceneiro, Prata e Três Pontas 15\$000 e pedreiro, Prata 12\$000. Ou seja, o valor do salário dos mais comuns ofícios urbanos em Alfenas era bem inferior aos municípios que mais os remuneravam.¹⁶

Outro dado importante para o conhecimento da pecuária alfenense, obtidos nos registros fiscais do matadouro municipal, é a posse de animais. Tomando os dois primeiros anos da série, no conjunto dos contribuintes do imposto de abates, foram registrados 106 proprietários de suínos e 7 de bovinos em 1918. No ano seguinte, houve ligeiro aumento nos registros, com a quantidade de proprietários de suínos chegando a 124 e a de bovinos 10. Em relação ao primeiro tipo de animal, percebe-se que a propriedade estava menos concentrada, pois dos 959 porcos sacrificados em 1918, 431 pertenciam a 10 pessoas (44% aproximadamente) e 42 pessoas abateram apenas um porco. Já no ano posterior, dos 1524 capados sacrificados, 604 pertenciam a 10 pessoas (39% aproximadamente). Se considerarmos apenas os cinco maiores abatedores de suínos no biênio 1918-1919: Augusto Theodoro da Silva 269 (11%), Tomé Oscar Siqueira 204 (8%), José Alexandre Costa 108 (4,4%), Raimundo Esteves 103 (4,1%) e Custódio da Silva Gomes 83 (3,3%), eles abateram 767 (31% aproximadamente) dos 2483 animais abatidos.

Em relação ao segundo tipo de animal, havia grande concentração de propriedade, pois dos 235 animais abatidos, 168 (72%) pertenciam a apenas duas pessoas. Já no ano posterior, dos 336 bovinos sacrificados, 265 (79%) pertenciam a apenas duas pessoas. Um deles, o maior de todos, Francisco Lobanco, abateu 312 (55%) dos 561 bovinos no referido biênio. Somando ao montante dele o de mais dois proprietários, Horácio Francisco Carvalho 141 (25%) e Francisco Martins Sobrinho 50 (9%), mais de 80% das rezes abatidas estavam concentradas nas mãos de apenas três proprietários.

Tomando como referência outro cálculo, em 1918 a média de posse de suínos passou de 9,01 animais para cada proprietário para 12,2 no ano seguinte, e a média de bovinos passou de 33,57 animais para cada proprietário para 33,6 no ano seguinte. Isso quer dizer que, já que a posse de boi estava mais concentrada, pois havia menos proprietários, a média de posse era mais alta entre esses animais, mantendo-se inalterada no biênio 1918-1919, enquanto a média de posse de porcos, bem menos concentrada e apresentando maior número de proprietários, aumentou no mesmo biênio.

A importância da pecuária para a economia de Alfenas ainda pode ser observada por meio de outro indicador fornecido pelo fisco municipal. Trata-se do imposto (Indústria e Profissões) recolhido sobre as atividades profissionais exercidas pelos cidadãos. Entre os anos 1909 e 1920, a tabela 13 (anexo 2) mostra que os indivíduos ligados a ela são maioria no setor primário, variando de 155 (86%) no conjunto de 180 contribuintes em 1909 a 173 (72%) no conjunto de 240 contribuintes em 1920. No setor secundário, a tabela 14 (anexo 2) mostra que as atividades dela derivadas, fabricação de manteiga e queijo, cresceram de 9 (33%) no conjunto de 27 contribuintes em 1909 para 46 (75%) no conjunto de 61 contribuintes em 1920. No setor terciário, a tabela 15 (anexo 2) mostra que a principal atividade a ela ligada, negociante de gado, saltou de 27 no

¹⁵ *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (baseado no Censo de 1921). V. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, p. 812...

¹⁶ *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (baseado no Censo de 1921). V. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, p. 308...

conjunto de 362 em 1909 contribuintes para 60 no conjunto de 370 contribuintes em 1920, chegando a ocupar o segundo lugar na lista das atividades mais exercidas.

Indústria

Segundo o *Anuário estatístico*, conforme a tabela 8 do anexo 1, no ano de 1921 havia em Alfenas 12 estabelecimentos considerados industriais: 5 estabelecimentos de laticínios (13 empregados), 3 beneficiadoras de arroz e café (8 empregados), 1 estabelecimento de fundição e maquinaria (5 empregados), 1 de carpintaria, marcenaria e serraria (12 empregados), 1 de cerâmica (3 empregados) e 1 de latoaria (2 empregados). Estes contaram naquele ano com 205:000\$ de capital investidos, 43 empregados, todos homens, e uma produção anual de 416:000\$; muito longe dos principais municípios cujas indústrias geravam as rendas mais altas do Estado, como Juiz de Fora, o mais industrial deles, com 107 estabelecimentos, 19.163:000\$ de capital investido, 4.953 empregados, sendo 3.079 homens e 874 mulheres, e uma produção de 32.610:000\$.¹⁷

Assim, fica evidente que Alfenas não era, como até hoje não é, um município industrial, embora a tabela 12 (anexo 2) mostre que o crescimento do setor secundário, composto por atividades de transformação de matérias primas, aumentou mais de 100 % entre 1909 e 1920. Esse aumento ocorreu devido à expansão de sua principal atividade nesse setor: a fabricação de laticínios. Convém lembrar que no Censo de 1921 a produção de leite e seus derivados foram contabilizadas em conjunto. Mesmo assim, tal produção será analisada nesta parte da pesquisa, pois, apesar dessa classificação original censitária, a fabricação de queijo e manteiga é uma atividade secundária.

No *Anuário Estatístico* Alfenas ocupa a 5ª posição de produção de laticínios no Estado. Conforme a tabela 9 do anexo 1, seus 324 produtores geraram 16.635:124\$000. Juiz de Fora apresenta a maior renda produzida neste setor. Seus 466 estabelecimentos geraram 35.746:559\$000, seguido por Barbacena com 23.902:981000\$. Já a maior produção de laticínios do Estado pertencia a Barbacena (com 1267 produtores, 10.337.759 L de leite, 84.320 Kg de manteiga, 11.960 Kg de nata e 690.387 Kg de queijo), seguida por Juiz de Fora (com 466 produtores, 5.618.512 L de leite, 60.940 Kg de nata e 556.100 Kg de queijos).¹⁸

Grande parte da produção de manteiga e queijo se fazia artesanalmente em pequenas fábricas, de acordo com os registros (Indústria e Profissões) fiscais do município, como mostra a tabela 13 do anexo 2, na qual percebe-se que entre 1909 e 1920 houve aumento considerável de fabricantes desses produtos, que juntos saltaram de 9 estabelecimentos fabris (todos de manteiga) para 46 (21 de manteiga e 25 de queijo), chegando a ocupar 75% do total de atividades exercidas no setor secundário (as tabelas 17, 20 e 23, anexo 2, mostram a totalidade das atividades e contribuintes neste setor).

Esse aumento acompanhou o próprio crescimento da atividade pecuarista municipal, que saiu de uma posição modesta no final do século XIX para se tornar a mais importante atividade econômica do município no Censo de 1921, chegando a gerar a maior renda de mercadorias vendidas para o consumo de outras praças comerciais, como já revelado pela tabela 3 (anexo 1). Na mesma tabela, quando calculado a soma do valor exportado de manteiga (250:000\$, 20ª posição estadual) e queijo (72:000\$, 28ª posição estadual), obtêm-se 322:000\$, que corresponde ao 4º lugar, em termo de renda produzida, na lista dos produtos mais exportados pelos produtores alfenenses.

Assim, pode-se afirmar que, em termos de renda gerada, a produção de leite e a de seus derivados ocuparam lugar de destaque não somente na economia local, mas também no quadro econômico estadual, confirmando o bom desempenho do setor e coroando com êxito a trajetória de crescimento e consolidação pecuarista do município. Assim, pode-se considerar que houve um surto considerável de interesse nas atividades do setor de transformação.

¹⁷ *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (baseado no Censo de 1921). V. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, p. 254.

¹⁸ *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (baseado no Censo de 1921). V. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, pp. 200-205.

Comércio e serviços

De acordo com o Censo de 1921 havia em Alfenas 211 estabelecimentos comerciais (o Censo não os distinguia), 28º lugar no Estado. Comparando-a com os municípios com as maiores quantidades destes tipos de estabelecimentos, observa-se na tabela 10 (anexo 1) que ela apresentava um conjunto comercial bastante expressivo em relação à sua população de 29.435 habitantes (139,5 habitantes por estabelecimento). Para se ter uma noção desses dados, na 1ª posição estava Belo Horizonte (578 estabelecimentos) com uma população de 55.563 habitantes (96,1 habitantes por estabelecimento), seguido por Ponte Nova (462 estabelecimentos) com uma população de 62.666 habitantes (135,6 habitantes por estabelecimento) e por Juiz de Fora (440) com uma população de 116.066 habitantes (263,8 habitantes por estabelecimento).¹⁹

Quanto a composição do seu setor terciário, a documentação fiscal do município permite uma análise um pouco mais detalhada. Partindo da lista de contribuintes do imposto pago sobre atividades industriais e profissionais, observa-se na tabela 12 (anexo 2) que os tipos de atividades terciárias evoluíram de 21 em 1909, com 362 contribuintes, para 24 em 1920, com 370 contribuintes. Era o setor que reunia o maior número de contribuições sobre indústria e profissões para a fazenda municipal. A tabela 15 (anexo 2) mostra que quatro ramos de comércio estavam entre as cinco atividades mais exercidas: negociante de carro de boi, negociante de gado, negociante de molhados e negociante de fazendas. Juntas compunham aproximadamente metade do conjunto de cidadãos aplicados ao setor terciário. No período, as três primeiras cresceram, principalmente a que agrupava os negociantes de gado (salto de 27 em 1909 para 60 em 1920). Esse crescimento de mais de 100% acompanhou o aumento do rebanho bovino local; um dos mais produtivos de Minas, segundo cálculo elaborado com base em dados fornecidos pelo Censo de 1921 (tabela 6 do anexo 1). A exceção foi o comércio de fazendas (tecido) que caiu de 55 contribuintes em 1909 para 8 em 1920. Coincidentemente, a quantidade de alfaiates também foi reduzida de 13 para 4 no mesmo período. Talvez isso esteja relacionado ao aumento de lojas de roupas no município, o que não é possível medir pelo imposto de indústria e profissões, porque este não incidia sobre elas. Mas sabe-se que a indústria de roupas floresceu após a Grande Guerra de 1914 a 1918, sendo São Paulo (a cidade em relação a qual Alfenas estava sob o raio de influência econômica) o pólo desse florescimento.²⁰

No setor de serviços, há indicadores reveladores para a análise da dinâmica econômica do município. Além da redução de alfaiates, carpinteiros, ferreiros e marceneiros, o que mais chama a atenção, em termos estruturais, é a redução de capitalistas (pessoas que emprestavam dinheiro a juros). A tabela 18 (anexo 2) mostra que em 1909 oito indivíduos declaram exercer essa atividade e, em 1920, somente três (tabela 24 do anexo 2). Essa queda ocorreu, possivelmente, por causa da criação do Banco Comercial de Alfenas em 1918 que, ao disponibilizar empréstimo com juros menores ao cobrados tradicionalmente pelos usurários, pode ter desmotivado a atuação destes. As mesmas tabelas revelam também uma estabilidade no número de pedreiros (22 em 1909 e 23 em 1920). Isso, junto com a redução de carpinteiros (30 para 21 no mesmo período) indica um crescimento pouco expressivo da construção urbana até o fim da segunda década do século XX. A consulta aos requerimentos dos cidadãos para obtenção de alvarás para a edificação não deixa dúvida sobre isso. Somente na década seguinte percebe-se aumento no setor.²¹

Outra documentação fiscal disponível para o estudo do setor terciário municipal são os registros dos impostos pagos pelos comerciantes, principalmente de alimentos, na feira livre local. Uma vez por semana, geralmente no domingo, diversas bancas de produtos destinados à subsistência eram abertas em um enorme largo, como acontece até os dias atuais (pois a feira ainda existe nas imediações do antigo largo; hoje Praça Emílio da Silveira), para oferecer uma alternativa ao abastecimento da população. Muitos dos seus proprietários eram também produtores que

¹⁹ *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (baseado no Censo de 1921). V. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, p. 809.

²⁰ Sobre o florescimento da indústria de vestuário, um dos estudos mais conhecidos é o de DEAN, Waren. *A industrialização em São Paulo*. São Paulo, Difel/Edusp, 1971.

²¹ PMA 34.1, Requerimentos, 1909-1924.

buscavam uma forma mais direta e eficaz de vender o excedente da sua produção e, ao mesmo tempo, adquirir o que normalmente lhes faltava.

As feiras são arranjos comerciais bastante tradicionais, por meio dos quais o campo e a cidade se integram em um tipo de mercado informal e periódico bastante vantajoso para, especialmente, agentes econômicos que dividiam seu tempo de trabalho ora produzindo, ora comercializando. Muitos vinham dos diversos distritos rurais do município. Outros tantos vinham de cidades vizinhas. Tomando como referência o período entre maio de 1908 e abril de 1909, 18 feirantes vieram de 6 municípios vizinhos (Machado 8, Cabo Verde 4, Caldas 2, Pouso Alegre 2, Campanha 1 e Carmo do Rio Claro 1), e 27 vieram de 9 distritos de Alfenas (Água Limpa 8, Divisa 5, Campestre 4, Areado 3, Barranco Alto 1, Barro Preto 1, Dorés 1, Gaspar Lopes 1, Rocha 1 e São Joaquim da Serra Negra 1). Já no período de maio de 1909 e maio de 1910, 21 feirantes vieram de 6 municípios vizinhos (Machado 15, Boa Esperança 2, Cabo Verde 3, e Pouso Alegre 1) e 15 vieram de 8 distritos de Alfenas (Barro Preto 7, Divisa 2, Água Limpa 1, Água Verde 1, Areado 1, Barranco Alto 1, Campestre 1 e São Joaquim da Serra Negra 1).²²

Esses feirantes ofertavam os mais variados tipos de mercadorias. A tabela 25 (anexo 2) mostra as 10 mais ofertadas. Nela percebe-se que o toucinho ocupava o 1º lugar, com 288 feirantes, seguido pelo arroz com 223 e feijão com 185, farinha 98, porco 96, queijo 90, fubá, 80, rapadura, 58, batata 55 e aguardente 36. Além destes produtos, também foram ofertados, por ordem de quantidade de vezes em que deram entrada no registro fiscal: polvilho, milho, café, garapa, açúcar, fumo, alho, coqueiro, amendoim e marmelos. Isso para ficar apenas no campo da alimentação. A mesma tabela revela que a maioria da oferta de tais mercadorias estava concentrada nos 10 maiores feirantes, pois apenas arroz, feijão e porco apresentavam uma concentração menor que um terço da quantidade ofertada concentrada entre os maiores e menos de 6% quando tomado como referência o maior deles. O toucinho apresentava a maior concentração, chegando a 66% entre os 10 maiores, seguido pela farinha e pela batata, ambos com 64%.

Outra constatação é a de a feira entre 1908 e 1910 era formada por negociantes polivalentes, pois entre os que estão na lista de maiores feirantes de cada um dos 10 alimentos mais ofertados, apenas dois deles ofereceram menos de quatro produtos (tabela 26). Entre eles, quase todos são homens, já que apenas 14 mulheres, geralmente viúvas, ofereceram mercadorias no período de maio de 1908 a abril de 1910. Uma delas, Maria Rita de Carvalho, foi a quinta maior negociante de queijos, ao oferecer 133 unidades distribuídas em 13 vezes. Outra delas, Constança de Souza, ofereceu pelo menos três produtos diferentes (Farinha, 13 vezes o total de 56 alqueires; queijo, 2 vezes o total de 18 unidades; fubá, 2 vezes o total de 3 alqueires). Os produtos por elas oferecidos e a quantidade de mulheres que os ofereceram são: queijo (8), porco (3), linguiça (2), toucinho (2), farinha (1), feijão (1), fubá (1) e milho (1).²³

Isso mostra que elas estavam presentes no mercado, normalmente como chefes de família, ou mesmo como substitutas temporárias de seus maridos, quando estes estavam impedidos de eles mesmos abrirem suas bancas, apesar de serem uma ínfima minoria e oferecerem seus produtos, a maioria delas, apenas ocasionalmente.

Infraestrutura

Por fim resta conhecer os indicadores da infra-estrutura municipal. Havia em Alfenas uma estrada de ferro, (Estrada de Ferro Muzambinho, criada em 1892 e incorporada pela Estrada de Ferro Minas-Rio em 1908. Esta última, em 1910, foi fundida à Estrada de Ferro Sapucaí, criada em 1889, dando origem à Estrada de Ferro Sul-Mineira). Em suas quatro estações havia considerável trânsito de pessoas e produtos: 46.862 passageiros, 684.000 bagagens e encomendas, 1.887 animais,

²² PMA 22.1, Mercado, 1908-1910.

²³ PMA, 22.1, 1909-1910. Dez anos depois, 12 mulheres participaram da feira, oferecendo em um período um pouco menor, dezembro de 1918 a maio de 1920: fubá (3), farinha (2), queijo (2), arroz (1), coqueiro (1) e feijão (1). Além disso, duas delas abriram banca para vender produtos variados, o que não havia acontecido na série anterior. PMA, 22.7, 1918-1920, o que mostra que elas continuaram sendo feirantes eventuais e compoem um grupo muito pequeno no conjunto dos negociantes.

7.350.000 kg de mercadorias, que renderam a receita de 511:722\$789. Esses números são bem menores que os de Belo Horizonte: duas estradas, 10 estações, 176.720 passageiros, 2.632.195 bagagens e encomendas, 5.327 animais e 21.529.700 kg de mercadorias, com receita de 4.557:591\$261. E os de Juiz de Fora: duas estradas, 27 estações, 334.825 passageiros, 10.941.273 bagagens e encomendas, 30.758 animais e 100.304.241kg de mercadorias, com receita de 3.968:035\$424. Estes dois últimos municípios, bem mais populosos, tinham o dobro de estradas, muito mais estações e uma economia maior e mais diversificada, o que explica essa disparidade.²⁴

Havia também em Alfenas três portos fluviais no Rio Sapucaí (um no distrito de Fama), trecho navegado Alfenas/Campos Gerais e Fama/Côrrego do Ouro; (um no distrito de Barranco Alto), trecho navegado Alfenas/Campos Gerais e Barranco Alto/Campos Gerais; (um na localidade de Azevedo), trecho navegado Alfenas/Campos Gerais e Barranco Alto/Campos Gerais. Além desses portos, a sede do município também era servida pelos portos de Cabo Verde, trecho navegado Alfenas/Campos Gerais e Alfenas/Barranco/Côrrego do Ouro, e Corretenza (distrito de Carmo do Rio Claro), trecho navegado Carmo do Rio Claro/Alfenas/Campos Gerais e Carmo do Rio Claro/Barranco Alto/Campos Gerais.²⁵

Por terra, havia no município 317 Km de estradas e caminhos por onde transitavam carroças e carros de bois, contra 114 Km de Belo Horizonte e 595 Km de Juiz de Fora. Naquele tempo a produção econômica ainda dependia muito desse tipo de transporte, até que a modernidade, com a expansão das ferrovias e, principalmente, com a opção pelos veículos movimentados por motor a combustão, quase o fizeram desaparecer.²⁶

Os correios contavam com cinco agências (havia em 16 em Belo Horizonte e 31 em Juiz de Fora) e os telégrafos podiam se enviados por quatro agências (Belo Horizonte 11 agências e Juiz de Fora 10). Já a telefonia, presente em 108 dos 178 municípios, em Alfenas a Empresa Telefônica Varginhense (proprietário José Lisboa Paiva), inaugurada em 1916, possuía uma extensão 64 km de linhas, permitindo o funcionamento de 78 aparelhos. Em Belo Horizonte o mesmo serviço era prestado pela Cia de Eletricidade e Viação Urbana de Minas Gerais, inaugurada em 1902, com extensão de 950 km de linhas e 961 aparelhos. Em Juiz de Fora, o mesmo serviço cabia à Cia Mineira de Eletricidade, inaugurada em 1919, com extensão das linhas 303,2 Km e 902 aparelhos.²⁷

Com essa infra-estrutura, modesta comparada aos dois mais prósperos, modernos e populosos municípios do Estado, Alfenas revela-se um município com considerável nível de modernidade, apesar de, no ano recenseado, ainda não dispor de estradas pavimentadas para circulação de automóveis; esse ícone emblemático de uma época que o teve como símbolo incontestável do mais frenético progresso.

Conclusão

Do ponto de vista historiográfico, partindo do modelo de interpretação da formação econômica mineira, proposto por Marcelo Magalhães Gogoy, durante a segunda transição (de uma organização escravista mercantil para o capitalismo) ocorrida entre a terceira e a quarta quadra do século XIX,²⁸ Alfenas seguiu a tendência estrutural de Minas Gerais ao especializar-se na produção de produtos primários para os grandes centros. Assim, este município consolidou a sua característica de produtor de alimentos de primeira necessidade, sobretudo, por ordem de quantidade produzida, milho, cana, arroz, feijão e café, afora laticínios, cujos excedentes

²⁴ *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (baseado no Censo de 1921). V. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, p. 485.

²⁵ *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (baseado no Censo de 1921). V. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, p. 496.

²⁶ *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (baseado no Censo de 1921). V. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, p. 571.

²⁷ *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (baseado no Censo de 1921). V. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, correios p. 324, Telégrafos p.354 e Telefonia p. 375.

²⁸ GODOY, Marcelo Magalhães. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 11, n. 16, 2009, p. 93

destinavam-se para áreas com as quais ele estava conectado em redes de interdependência econômica encabeçada pela economia mundo de São Paulo.

Já do ponto de vista geográfico, partindo do modelo de classificação proposto por Roberto Lobato Corrêa,²⁹ aplicado em nações ou regiões não industrializadas, ou espacialmente concentradas, como o Brasil na Primeira República, a hierarquia da funcionalidade dos municípios inseridos em uma dada rede de localidades obedecem ao arranjo estrutural fundamentado na maneira como o país se insere na divisão internacional do trabalho e na maneira como a região se insere na articulação nacional da produção e distribuição de bens e serviços. Assim, o município de Alfenas ocupa, na complexidade funcional brasileira na época de nossa primeira experiência republicana, a função de um importante centro de produção e exportação de alimentos, com destaque para pecuária, especialmente leite e seus derivados.

Enfim trata-se de um município em cuja formação econômica observa-se a primazia da agropecuária destinada ao abastecimento interno, com uma pauta bastante diversificada de mercadorias e com destacada produtividade na criação de *gado vacum* e na produção de laticínios, seguindo a tendência histórica mineira, no processo de consolidação da economia capitalista durante a Primeira República.

Anexo 1 Tabelas produzidas com base no *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (1926), cujos dados são reproduzidos do *Censo do Brasil d 1921*. A posição tem como referência os 178 municípios mineiros.

Tabela 1: Estrutura de posse da terra, renda e rentabilidade dos 736 agricultores de Alfenas

Propriedade	Valor produzido	Proprietários	Renda média	Área cultivada	Área média	Rentabilidade
Até 40 ha	1.211:368\$	237	5:153\$	4.860	20,50 ha	249:25\$
Até 100 ha	2.554:120\$	200	12:776\$	12.688	63,44 ha	201:30\$
Até 200 ha	3.481:256\$	129	26:978\$	19.481	151,01 ha	178:69\$
Até 400 ha	4.776:785\$	102	46:831\$	29.809	292,24 ha	160:24\$
Até 1000 ha	4.774:475\$	60	79:574\$	31.982	533,03 ha	148:36\$
Até 2000 ha	3.438:000\$	6	576:000\$	8.364	1.394 ha	411:04\$
Até 5000 ha	23:000\$	1	23:000\$	2.517	2.517 ha	9:13\$
Até 10000 ha	-	-	-	-	-	-
Até 25000 ha	989:000\$	1	989:000\$	10.980	10.980 ha	90:13\$

Tabela 2: Alimentos mais cultivados pelos agricultores de Alfenas

Produto	Produtores	Produção Kg	Posição	Hectares
Milho	563	59.095	52°	2.814
Cana	27	11.956	150°	54
Arroz	419	9.412	56°	594
Feijão	314	8.572	59°	1.046
Café	88	6.461	63°	1.723

Tabela 3: Produtos com maior valor exportado

Produto	Valor	Produção
Bovinos	3.060:000\$	18.888
Café	1.200:000\$	6.461
Alho	625:000\$	-
Manteiga	250:000\$	44.095
Arroz	195:000\$	9.412
Suínos	182:000\$	14.443

²⁹ CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. 3 ed, Rio de Janeiro, Bertrand, 2005, pp. 28-30.

Milho	120:000\$	59.095
Queijo	72:000\$	185
Açúcar	45:000\$	260
Feijão	36:000\$	8.572

Medida da quantidade: animais em cabeças; vegetais e manufaturados em Kg

Tabela 4: Valores exportados por setor pelos produtores de Alfenas

Setor	Valor	Posição
Agrícola	2:206\$000	26°
Pecuário	3:580\$500	16°
Manufaturado	367\$000	34°
total	6:183\$500	45°

Tabela 5: Comparativo entre Alfenas e os maiores exportadores em valor total.

Município	Animal	Vegetal	Manufaturado	Minério	Outros	Total	Posição
Juiz de Fora	7:883\$599\$	18:870\$	43.464:000\$		3.550:000\$	73.695:099\$	1°
Nova Lima				18.002:883\$		18.002:883\$	2°
Belo Horizonte			15.750:000\$		1.230:000\$	16:980:000\$	3°
Alfenas	3:580\$500\$	2:206\$	367:000\$		30:000\$	6:183:500\$	45°

Tabela 6: Comparativo entre Alfenas e os maiores criadores de bovinos

Município	Criadores	Rebanho	Nascimentos	Média*
Paracatu	1.596	334.999	62.652	0,187
Uberaba	1.246	255.881	66.155	0,258
Frutal	1.199	167.951	46.222	0,275
Patrocínio	831	154.056	24.052	0,156
Patos	1.614	141.732	37.304	0,263
Alfenas	693	64.095	18.826	0,293

*Média ou taxa de produtividade: divisão do nº de nascimento pelo tamanho do rebanho

Tabela 7: Comparativo entre Alfenas e os maiores criadores de suínos

Município	Criadores	Rebanho	Nascimentos	Média*
Caratinga	3.464	491.552	216.243	0,439
Pouso Alegre	1.129	239.362	138.403	0,578
Guanhães	1.084	116.145	58.940	0,507
Cambui	1.060	113.192	49.247	0,435
Manhuaçu	2.811	90.472	42.636	0,471
Alfenas	604	34.850	14.443	0,414

*Média ou taxa de produtividade: divisão do nº de nascimento pelo tamanho do rebanho

Tabela 8: Comparativo entre Alfenas e os mais industrializados

Município	Estabelecimentos	Capital	Empregados	Valor da Produção
Juiz de Fora	107	19.163:000\$	4.953	32.610:000\$
Nova Lima	2	18.759:406\$,	3.395	16.024:029\$
Belo Horizonte	15	10.050:837\$,	2.223	3.380:000\$
Alfenas	12	205:000\$	43	416:000\$

Tabela 9: Comparativo entre Alfenas e os maiores produtores de leite e seus derivados

Município	Produtores	Valor	Leite L	Manteiga kg	Queijo kg	Nata L
Juiz de Fora	466	35.746:559\$000	5.618.512	60.940	556.100	-
Barbacena	1267	23.902:981\$000	10.337.759	84.320	690.387	11.960
Uberaba	430	19.273:720\$000	337.335	18.576	81.439	2.710

Patrocínio	335	19.077:370\$000	648.417	6.576	44.720	300
Alfenas	324	16.635:124\$000	1.711.985	44.095	185.001	2.155

Tabela 10: Quantidade de estabelecimentos comerciais de Alfenas e sua posição no Estado.

Município	Quantidade	Posição
Belo Horizonte	578	1 ^a
Ponte Nova	462	2 ^a
Juiz de Fora	440	3 ^a
Alfenas	211	28 ^a
Passa Tempo	13	Última

Anexo 2

Abaixo encontram-se tabelas e gráficos elaborados com base em registros fiscais da Prefeitura municipal de Alfenas (PMA).

2.1 Matadouro.

Tabela 11: Entrada de animais e média mensal de abates no matadouro municipal de Alfenas

Ano	Suínos	Média	Bovinos	Média	Total	Média
1918*	959	170	235	33	1.194	137
1919	1.524	155	336	28	1.860	127
1920*	952	179	125	21	1.077	158
1921*	465	139	91	23	556	116
1922*	841	190	301	50	1.142	140
1923	1.528	178	602	50	2.130	128
1924*	910	176	503	63	1.413	113
1925	955	134	659	55	1.614	79
1926*	1.173	168	510	51	1.683	117
1927	1.662	194	668	55	2.330	139
1928	1.694	192	618	51	2.312	141
1929	1.497	189	774	64	2.271	125
1930	1.620	177	510	42	2.130	135
1931	1.636	187	613	51	2.249	136
1932	1.577	185	650	54	2.227	131
Total	18.993	174	6.195	46	26.188	128

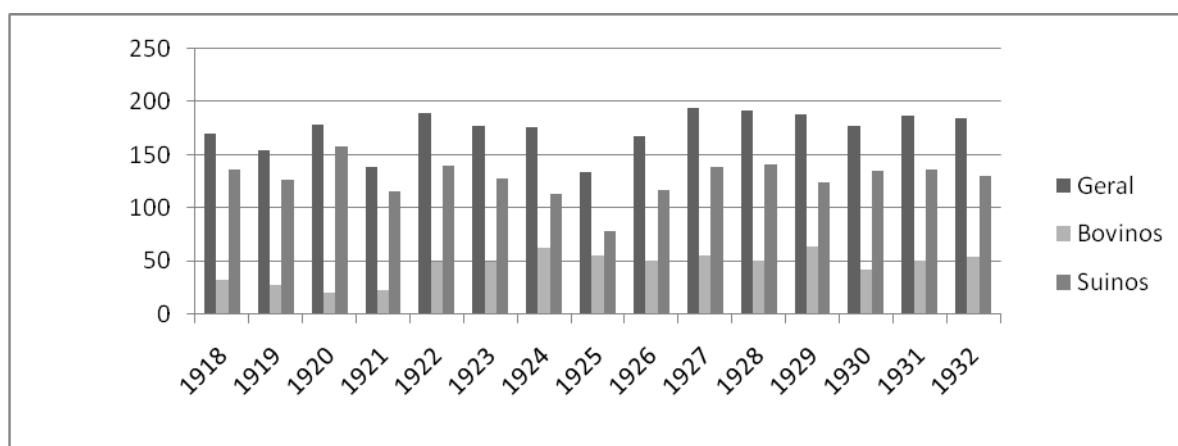
Fonte: PMA 22, Mercado.

Os anos assinalados com este símbolo* na tabela acima indicam dados para os seguintes meses:

1918 junho-dezembro	7 meses
1920 julho - dezembro	6 meses
1921 janeiro - abril	4 meses
1922 julho - dezembro	6 meses
1924 maio - dezembro	8 meses
1926 janeiro - outubro	10 meses

Assim, pode-se chegar a um resultado mais preciso, ao dividir a quantidade de gado abatida pelo número de meses em que os abates foram registrados.

Gráfico 1: Variação do abate médio mensal de bovinos e suínos no matadouro municipal



Fonte: PMA 22, Matadouro.

2.2 Atividades (e a quantidade de indivíduos a elas dedicadas) tributadas pela Prefeitura Municipal (PMA 19) durante os anos fiscais de 1909, 1914 e 1920.³⁰

Tabela 12: Divisão social do trabalho em Alfenas (a atividades, c contribuintes)

Sector	1909	1914	1920
Primário	6 a 180 c	8 a 253 c	9 a 240 c
Secundário	5 a 27 c	3 a 59 c	3 a 61 c
Terciário	21 a 362 c	22 a 386 c	24 a 370 c

Tabela 13: Principais atividades do setor

primário e seu percentual no total de contribuintes

Atividade	1909	1914	1920
Criador	59	106	136
Invernista	85	69	33
Pasto	11	17	4
Total	155 86%	192 75%	173 72%

Tabela 14: Principais atividades do setor secundário seu percentual no total de contribuintes

Atividade	1909	1914	1920
Fábrica de manteiga	9	14	21
Fábrica de queijo	-	30	25
Total	9 33%	44 75%	46 75%

Tabela 15: Principais atividades do setor terciário e seu percentual no total de contribuintes

Atividade	1909	1914	1920
Negociante de carro de boi	85	83	86
Negociante de gado	27	34	60
Negociante de molhados	15	55	28
Carpinteiro	30	17	21
Negociante de fazendas	55	18	8
Total	212 60%	207 53%	203 55%

Tabela 16: Setor primário 1909

Atividade	Contribuintes
-----------	---------------

³⁰ PMA 19.1, 19.3 e 19.10, Indústria e Profissões, 1908-1929. Os dados acima apresentados são aqui tomados como indicadores do mercado de trabalho, que não podem ser generalizados para todo município, pois como ele era formado por diversos distritos que, ora não apresentavam informações a esse respeito, ora emancipavam, fica impossível precisar a real composição do seu mercado de trabalho.

Casa Pasto	7
Criador	59
Engenho Animais	7
Engenho Cilindro	11
Invernista	85
Pasto Aluguel	11
Total	180

Tabela 17: Setor secundário 1909

Atividade	Contribuintes
Fábrica Macarrão	1
Fogueteiro	1
Produtor Chapéus	1
Produtor Manteiga	9
Olaria	15
Total	27

Tabela 18: Setor terciário 1909

Atividades	Contribuintes
Alfaiate	13
Barbeiro	4
Capitalista	8
Carpinteiro	30
Carro Aluguel	7
Corte Capados	31
Dentista	9
Farmacêutico	9
Ferreiro	6
Hotel	3
Máquina Café	4
Marceneiro	8
Médico	9
Negociante de Boiadas	27
Negociante de Carro de Boi	85
Negociante de Fazendas	55
Negociante de Molhados	15
Pedreiro	22
Pintor	5
Sapateiro	6
Selaria	6
Total	362

Tabela 19: Setor primário 1914

Atividade	Contribuintes
Criador	106
Cafesista	19
Invernista	69

Pasto	17
Fornecedor de Leite	6
Engenho de Cana	23
Engenho de Cilindro	5
Engenho de Serras	8
Total	253

Tabela 20: Setor secundário 1914

Atividade	Contribuintes
Fábrica de Queijo	30
Fábrica de Manteiga	14
Olaria	15
Total	59

Tabela 21: Setor terciário 1914

Atividade	Contribuintes
Açougue	4
Advogado	7
Alfaiataria	9
Armazém	14
Barbeiro	6
Banca de Toucinho	31
Carpinteiro	17
Dentista	7
Dinheiro à Juros	8
Farmácia	6
Ferreiro	4
Marceneiro	6
Negociante de Carro	83
Negociante de Fazendas	18
Negociante de Gado	34
Negociante de Gêneros	39
Negociante de Molhados	55
Pedreiro	14
Seleiro	5
Agente de Seguros	5
Sapateiro	8
Negociante de Mercado	6
Total	386

Tabela 22: Setor primário 1920

Atividade	Contribuintes
Cafelista	11
Criador	136
Desnatadeira	22
Engenho	4
Engenho de Cana	3

Fornecedor de Leite	12
Invernista	33
Pasto Aluguel	4
Pastos	15
Total	240

Tabela 23: Setor secundário 1920

Atividade	Contribuintes
Fábrica de Manteiga	21
Olaria	15
Fábrica de Queijo	25
Total	61

Tabela 24: Setor terciário 1920

Atividade	Contribuintes
Advogado	4
Alfaiate	4
Barbeiro	6
Carpinteiro	21
Carro Aluguel	43
Carro Custeio	20
Carroça	5
Dentista	4
Dinheiro à Juros	3
Farmácia	5
Ferraria	4
Hotel	3
Marcineiro	4
Médico	4
Negociante	6
Negociante de Café	4
Negociante Carros de Boi	86
Negociante de Fazendas	8
Negociante de Gado	60
Negociante de Gêneros	12
Negociante de Molhados	28
Negociante de Toucinho	5
Pedreiro	23
Sapateiro	8
Total	370

Tabela 25: Gêneros alimentícios mais ofertados na feira de Alfenas entre 1908 e 1910.

Produto	Feirantes	Quantidade	10 Maiores feirantes*	Maior feirante*
Toucinho	288	71 toneladas	47 toneladas (66%)	10,5 toneladas (14%)
Arroz	223	2.241 alqueires	750 alqueires (33%)	132 alqueires (5%)
Feijão	185	2.495 alqueires	594 alqueires (23%)	120 alqueires (4%)

Farinha	98	4.331 alqueires	2.778 alqueires (64%)	731 alqueires (16%)
Porco	96	411 unidades	167 unidades (37%)	21 unidades (5%)
Queijo	90	2.902 unidades	1.473 unidades (50%)	422 unidades (14%)
Fubá	80	775 alqueires	442 alqueires (57%)	120 alqueires (15%)
Rapadura	58	12.609 dúzias	6.664 dúzias (52%)	1.613 dúzias (12%)
Batata	55	632 @	410 @ (64%)	67 @ (10,5%)
Aguardente	36	374 cargas	313 cargas (83%)	112 cargas (29%)

Fonte: PMA 22.1 Mercado, 1908-1910 (maio de 1908 a abril de 1910, série de 2 anos)

*Quantidade ofertada

Tabela 26: Variedades ofertadas pelo maior negociante de cada um dos 10 produtos mais oferecidos na feira de Alfenas entre 1908 e 1910.

	Produto	Maior feirante	Variedades*	
	Toucinho	José Beloni	2	
Fonte:	Arroz	Antônio Faustino da Siqueira	4	PMA 22.1 Mercado, 1908-
1910	Feijão	Manoel Jacinto Pereira	4	(maio de 1908 a abril de
1910,	Farinha	Landolfo de Souza Dias	7	série de 2 anos)
* Total	Porco	José Dias Barroso	4	de produtos ofertados,
	Queijo	José Mussi	7	incluindo o maior produto
	Fubá	Landolfo de Souza Dias	7	
	Batata	Salvador Horta	1	
	Rapadura	Carlos Ferreira Barbosa	5	
	Aguardente	Carlos Ferreira Barbosa	5	

Bibliografia

- BRAUDEL, Fernando. *Civilização material, economia e capitalismo: o jogo das trocas*. São Paulo, Martins Fontes, 1998, p. 12.
- CASTILHO, Fábio F. de Almeida. Economia sulmineira: o abastecimento interno e a expansão cafeeira (1870-1920), in *Revista de História Econômica e Economia Aplicada*, vol 4, n. 6, 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. 3 ed, Rio de Janeiro, Bertrand, 2005.
- DEAN, Waren. *A industrialização em São Paulo*. São Paulo, Difel/Edusp, 1971.
- EUGÊNIO, Alisson. Urbanização e modernização no Sul de Minas Gerais: o caso do município de Alfenas durante a Primeira República. *Revista Urbana*, Unicamp, v. 7, n. 10, 2015.
- FERREIRA, Jorge e ALMEIDA, Lucíola de Delgado (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Vol. 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27 ed., São Paulo, Cia Nacional/Publifolha, 2000.
- GODOY, Marcelo Magalhães. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 11, n. 16, 2009, pp. 89-116.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo, Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- MARTINS, Marcos Lobato. Plantar, pasturar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG, 1855-1890. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 43, n. 2, 2013.
- MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Texto para discussão* n. 10, Cedeplar/UFMG, 1982.
- NETO, Humberto Perinelli. Nexos de tempo, de espaços e de vidas: interpretação da pecuária no noroeste paulista. In NETO, Humberto Perinelli et al. *Nas margens da boiadeira*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

- OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues e GRINBERG, Lúcia. *A saga dos cafeicultores no sul de Minas*. Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2007.
- PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo, FFLCH/USP, Tese de doutorado, 1996.
- PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. 42 ed., São Paulo, Brasiliense, 1995.
- SAES, Alexandre Macchione et al. *O sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru, Edusc, 2012.
- SAES, Flávio A. M. de. A controvérsia sobre a industrialização no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 3, n. 7, 1989.
- SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH* n. 17, 1985.